

**EDUCAÇÃO ESPECIAL E IDENTIDADE QUILOMBOLA NA AMAZÔNIA:
DIÁLOGOS DECOLONIAIS ENTRE AFROSABERES, CULTURA E INCLUSÃO
ESCOLAR**

**SPECIAL EDUCATION AND QUILOMBOLA IDENTITY IN THE AMAZON:
DECOLONIAL DIALOGUES BETWEEN AFRO KNOWLEDGE, CULTURE, AND
SCHOOL INCLUSION**

**EDUCACIÓN ESPECIAL E IDENTIDAD QUILOMBOLA EN LA AMAZONÍA:
DIÁLOGOS DESCOLONIALES ENTRE SABERES AFROS, CULTURA E
INCLUSIÓN ESCOLAR**

 <https://doi.org/10.56238/arev7n11-113>

Data de submissão: 13/10/2025

Data de publicação: 13/11/2025

Andrew Augusto Silva dos Reis

Graduado em Letras - Língua Espanhola

Instituição: Universidade Federal do Pará (UFPA)

E-mail: andrewreis.ufpa@hotmail.com

Assunção José Pureza Amaral

Doutor em Ciência: Desenvolvimento Socioambiental

Instituição: Universidade Federal do Pará (UFPA)

E-mail: amaral25j@gmail.com

Gilberto Teixeira Lima

Mestre em Antropologia Social

Instituição: Universidade Federal do Pará (UFPA)

E-mail: betolimagal@gmail.com

Gisele Ribeiro Licá Fortunato

Mestre em Educação e Cultura

Instituição: Universidade Federal do Pará (UFPA)

E-mail: giselelicá@gmail.com

Herondina Teixeira Lima

Mestre em Estudos Antrópicos na Amazônia

Instituição: Universidade Federal do Pará (UFPA)

E-mail: limaherondina@gmail.com

Juliana Lara Melo de Oliveira

Mestre em Estudos Antrópicos na Amazônia

Instituição: Universidade Federal do Pará (UFPA)

Orcid: <https://orcid.org/0009-0002-6309-5951>

Mônica Leticia Macedo Nascimento

Graduada em Educação Física

Instituição: Universidade Federal do Pará

E-mail: leticiamacedo1998africa@gmail.com

Nayane Cristina de Souza Alves

Graduada em Pedagogia

Instituição: Universidade Federal do Pará (UFPA)

E-mail: professoracris2502@gmail.com

Telma Nazaré de Sousa Pereira

Mestre em Antropologia

Instituição: Universidade Federal do Pará (UFPA)

Orcid: <https://orcid.org/0009-0000-5753-3842>

Wanderlan Montão da Silva

Mestre em Estudos Antrópicos na Amazônia

Instituição: Universidade Federal do Pará (UFPA)

E-mail: wanderlanmontao2@gmail.com

RESUMO

Este artigo propõe uma reflexão sobre as interfaces entre a Educação Especial Inclusiva e a Educação Escolar Quilombola, com foco nos contextos educativos das comunidades do campo. A pesquisa desenvolve uma análise teórico-reflexiva ancorada em uma perspectiva decolonial, compreendendo a educação como espaço de resistência, valorização da identidade cultural e promoção da equidade. O estudo dialoga com autores clássicos como Mantoan (2003), Arroyo (2011), Caldart (2009), Boaventura de Sousa Santos (2010), Dussel (2000), Freire (1987), e Gomes (2017), e também incorpora as contribuições de pesquisadores da Universidade Federal do Pará - UFPA: Débora Alfaia da Cunha (2022) , Waldma Maíra Menezes de Oliveira (2018), João Batista do Carmo Silva (2018) e Assunção José Pureza Amaral (2008), cujas produções enfatizam a importância dos saberes locais, da ética libertadora e da construção de uma educação inclusiva e contextualizada. Conclui-se que o diálogo entre Educação Inclusiva e Identidade Quilombola permite repensar as práticas pedagógicas, promovendo processos formativos mais humanos, críticos e comprometidos com a diversidade cultural e com o direito à aprendizagem de todos e todas.

Palavras-chave: Educação Especial Inclusiva. Educação Escolar Quilombola. Saberes do Campo. Decolonialidade. Identidade Cultural.

ABSTRACT

This article proposes a reflection on the interfaces between Inclusive Special Education and Quilombola School Education, focusing on the educational contexts of rural communities. The research develops a theoretical-reflective analysis anchored in a decolonial perspective, understanding education as a space for resistance, the appreciation of cultural identity, and the promotion of equity. The study engages with classical authors such as Mantoan (2003), Arroyo (2011), Caldart (2009), Boaventura de Sousa Santos (2010), Dussel (2000), Freire (1987), and Gomes (2017), and also incorporates contributions from researchers at the Federal University of Pará - UFPA: Débora Alfaia da Cunha (2022), Waldma Maíra Menezes de Oliveira (2018), João Batista do Carmo Silva (2018), and Assunção José Pureza Amaral (2008), whose works emphasize the importance of local knowledge, liberating ethics, and the construction of inclusive and contextualized education. It is concluded that

the dialogue between Inclusive Education and Identity Quilombola allows for rethinking pedagogical practices, promoting more human, critical formative processes that are committed to cultural diversity and the right to learning for everyone.

Keywords: Inclusive Special Education. Quilombola School Education. Knowledge of the Countryside. Decoloniality. Cultural Identity.

RESUMEN

Este artículo propone una reflexión sobre las interfaces entre la Educación Especial Inclusiva y la Educación Escolar Quilombola, con enfoque en los contextos educativos de las comunidades rurales. La investigación desarrolla un análisis teórico-reflexivo basado en una perspectiva decolonial, comprendiendo la educación como un espacio de resistencia, valorización de la identidad cultural y promoción de la equidad. El estudio dialoga con autores clásicos como Mantoan (2003), Arroyo (2011), Caldart (2009), Boaventura de Sousa Santos (2010), Dussel (2000), Freire (1987) y Gomes (2017), e incorpora también las contribuciones de investigadores de la Universidad Federal de Pará – UFPA: Débora Alfaia da Cunha (2022), Waldma Maíra Menezes de Oliveira (2018), João Batista do Carmo Silva (2018) y Assunção José Pureza Amaral (2008), cuyas producciones enfatizan la importancia de los saberes locales, la ética liberadora y la construcción de una educación inclusiva y contextualizada. Se concluye que el diálogo entre la Educación Inclusiva y la Identidad Quilombola permite repensar las prácticas pedagógicas, promoviendo procesos formativos más humanos, críticos y comprometidos con la diversidad cultural y con el derecho al aprendizaje de todos y todas.

Palabras clave: Educación Especial Inclusiva. Educación Escolar Quilombola. Saberes del Campo. Decolonialidad. Identidad Cultural.

1 INTRODUÇÃO

A educação brasileira avançou nas políticas de inclusão e valorização da diversidade, mas ainda enfrenta grandes desafios nos territórios rurais quilombolas, marcados por desigualdades históricas e pela ausência do Estado. Nesses contextos, integrar a Educação Especial Inclusiva à Educação Escolar Quilombola torna-se uma necessidade política, pedagógica e ética, voltada a uma educação que valorize a diferença e reconheça a diversidade cultural e corporal como parte essencial da condição humana.

A desigualdade educacional nas comunidades quilombolas vai além da falta de infraestrutura, sendo resultado de processos históricos de expropriação, racialização e invisibilização cultural. A escola quilombola atua como espaço de resistência e construção de novas epistemologias, integrando memória e vivências coletivas. Reconhecer essa dimensão exige ir além de ações técnico-administrativas, promovendo práticas pedagógicas que valorizem a cultura e o pertencimento étnico, tornando a inclusão um processo de restauração da dignidade e da identidade comunitária.

O texto destaca que a educação especial inclusiva, sob uma perspectiva decolonial, exige repensar as práticas pedagógicas nos territórios quilombolas, reconhecendo-os como espaços de resistência, cultura e saberes próprios. Defende que a verdadeira inclusão vai além do acesso à escola, envolvendo a valorização das identidades, do pertencimento e das epistemologias locais. Com base em autores como Dussel (2020), Cunha (2020-2022) e Oliveira (2018), o estudo reafirma que uma educação libertadora e ética é essencial para promover uma prática justa e emancipatória no contexto amazônico.

Os desafios da Educação Especial Inclusiva são diversos e interligados, envolvendo a falta de formação adequada de professores, materiais pedagógicos descontextualizados, dificuldades de acesso às escolas, barreiras digitais e comunicacionais, além de preconceitos nas relações escolares. Superá-los exige mais que ajustes de conteúdo: requer formação continuada sensível às epistemologias locais, currículos construídos com a comunidade e articulação com políticas públicas voltadas à diversidade e à inclusão. Só assim a inclusão deixará de ser um conceito burocrático para se tornar uma prática real de justiça educacional.

O texto afirma que o estudo preenche uma lacuna científica ao articular educação especial, educação do campo e estudos quilombolas sob uma ótica decolonial. Ao discutir as tensões entre identidade, saberes tradicionais e inclusão, busca oferecer fundamentação teórica e diretrizes para pesquisas futuras que avaliem práticas pedagógicas contextualizadas e seus impactos no etnopertencimento, desempenho escolar e trajetória de vida dos alunos. Conclui ressaltando a

importância de uma educação que reconheça as diferenças e promova emancipação e aprendizagem significativa.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 EDUCAÇÃO ESPECIAL INCLUSIVA: DESAFIOS E POSSIBILIDADES

A Educação Especial Inclusiva é um dos pilares da escola contemporânea, voltada ao direito à diferença e à equidade. Ela representa um paradigma ético e político que substitui a visão biomédica da deficiência por uma abordagem social e relacional. Segundo Mantoan (2003), inclusão não é apenas presença física na escola, mas a reconstrução das práticas pedagógicas e curriculares para atender às singularidades de todos. Isso requer repensar a escola como espaço de convivência e aprendizagem compartilhada, superando modelos excludentes que historicamente marginalizaram pessoas com deficiência, especialmente em áreas rurais e periféricas.

A Educação Especial Inclusiva, sob a perspectiva de autores decoloniais e amazônicos, é um campo marcado por desafios e potencial transformador. Cunha (2020; 2022) defende que a inclusão vai além do acesso à escola, exigindo o reconhecimento dos saberes e identidades de sujeitos quilombolas e rurais. Oliveira (2018) propõe uma educação inclusiva intercultural, alinhada aos contextos amazônicos e às práticas pedagógicas sensíveis às diferenças. Ramos (2019) enfatiza uma ética da libertação que valorize o outro como sujeito de dignidade e saber, enquanto Pureza (2017) destaca a ressignificação como base pedagógica para superar as estruturas excludentes e coloniais da educação.

A contribuição de Dussel (2000) oferece o alicerce filosófico dessa discussão, ao afirmar que a verdadeira libertação educativa ocorre quando o oprimido se torna sujeito de sua própria história e produtor de conhecimento. Assim, a educação especial inclusiva, em diálogo com as perspectivas decoloniais e éticas, transforma-se em espaço de resistência, reconhecimento e reconstrução de novas possibilidades de ser e aprender.

Por seu turno, Gomes (2017) amplia a reflexão ao situar a inclusão no cruzamento entre deficiência, raça, gênero e território. A autora argumenta que o sujeito com deficiência quilombola, por exemplo, enfrenta múltiplas camadas de exclusão, marcadas por racismo estrutural e ausência de políticas públicas adaptadas ao campo. Dessa forma, a inclusão deve ser compreendida como um compromisso interseccional, que reconhece as diferenças não como barreiras, mas como dimensões constitutivas da diversidade humana. Uma educação verdadeiramente inclusiva, portanto, é aquela que se faz crítica, contextualizada e comprometida com a transformação social.

Já Paulo Freire (1987) complementa esse entendimento ao afirmar que a educação libertadora requer o reconhecimento do educando como sujeito histórico e produtor de cultura. Na perspectiva freireana, a inclusão é um ato político e amoroso, que rompe com o fatalismo da exclusão e promove o diálogo entre diferentes formas de ser e aprender.

Assim, a escola inclusiva não é apenas o lugar da diferença tolerada, mas o espaço de construção coletiva de afrossaberes, em que o educador é mediador e aprendiz simultaneamente. Essa concepção reforça que a inclusão, para ser autêntica, precisa ser vivida como prática de libertação.

2.2 EDUCAÇÃO DO CAMPO E EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA: SABERES E PERTENCIMENTO

O texto destaca que a Educação do Campo é uma conquista dos povos rurais e comunidades tradicionais, voltada para uma educação contextualizada que valoriza o modo de vida, as tradições e práticas locais. Já a Educação Escolar Quilombola reafirma a identidade, ancestralidade e saberes coletivos das comunidades negras rurais. A integração entre Educação do Campo, Quilombola e Inclusiva deve promover diversidade cultural, equidade social e respeito às diferenças, reforçando o direito de todos aprenderem e ensinarem a partir de suas identidades e territórios.

A pesquisadora Débora Alfaia da Cunha, da Universidade Federal do Pará, destaca-se por valorizar os saberes tradicionais e o pertencimento étnico-racial na educação do campo e nos territórios quilombolas. Em obras como *Educação, negritude e interculturalidade* (2020), defende uma educação que reconheça as identidades coletivas e as epistemologias afro-amazônicas. Em seu artigo “Nossos conhecimentos não são respeitados e nem valorizados: por uma nova episteme para a educação de alunos quilombolas na Universidade Federal do Pará” de 2022, propõe uma nova episteme educacional que legitime os saberes quilombolas na universidade, criticando práticas que ainda invisibilizam essas experiências e reafirmando o quilombo como espaço de resistência e produção de conhecimento.

Além disso, em coletâneas como *Pesquisas em educação e diversidade: inclusão e direito à diferença* (2022), a autora enfatiza a necessidade de uma formação docente voltada para o direito à diferença e à interculturalidade, articulando educação do campo, quilombola e educação especial em uma perspectiva de pertencimento, equidade e justiça social. Assim, o conjunto de seus trabalhos reforça a importância de repensar a educação do campo e quilombola não como modalidade marginal, mas como expressão legítima de saberes, identidades e memórias coletivas que compõem o tecido sociocultural amazônico.

A Educação do Campo surge das lutas dos trabalhadores rurais por uma escola ligada à vida, ao território e às culturas camponesas. Segundo Arroyo (2011), ela resiste à lógica urbana e capitalista, unindo saber científico e saberes locais. Nas comunidades quilombolas, essa educação reafirma identidades e valoriza a ancestralidade africana historicamente excluída dos currículos. Caldart (2009) defende que a pedagogia do campo é uma prática política de emancipação, em que o currículo e a gestão escolar se baseiam na realidade e nas experiências da comunidade, promovendo um conhecimento construído coletivamente em diálogo com o território e suas práticas culturais.

Na interface entre a educação do campo e a educação especial, Waldma Maíra Menezes de Oliveira destaca-se ao articular formação docente voltada para as escolas do campo amazônico, com ênfase em práticas inclusivas e em reconhecimento cultural dos sujeitos de deficiência. Em sua organização do livro *Educação especial no campo: interculturalidade, inclusão e estudos surdos na Amazônia tocantina* (2018), Oliveira e colaboradores investigam a inserção da surdez, da Libras e da interculturalidade em contextos do campo amazônico, reivindicando que “a educação especial do campo não é apenas uma formação académica, mas também um projeto de vida e de uma outra sociedade, firmada em raízes decoloniais, interculturais, dialógicas e de resistência” (Oliveira, 2018, p. 23).

A autora também coordena, no campus de Cametá da UFPA, o curso de especialização em “Especialização em Educação Inclusiva no Campo”, que visa qualificar professores para atuarem nas escolas do campo, ampliando a reflexão sobre práticas inclusivas em territórios amazônicos. Essa linha de trabalho contribui para que a educação do campo seja entendida como espaço de pertencimento, diversidade e valorização das identidades camponesas e amazônicas, ao mesmo tempo em que se compromete com a inclusão plena dos sujeitos com deficiência e seus saberes.

Ramos (2018) amplia essa discussão ao tratar da escola quilombola como espaço de reconstrução simbólica da história afro-brasileira. Ele argumenta que a educação quilombola deve ir além da simples valorização cultural e assumir uma dimensão de enfrentamento político às estruturas de exclusão racial. A escola, nesse contexto, atua como mediadora entre o conhecimento tradicional e o conhecimento acadêmico, promovendo uma ecologia de saberes (Santos, 2010) que reconhece e legitima diferentes epistemologias. Assim, a Educação do Campo e a Educação Quilombola se entrelaçam na construção de uma pedagogia da resistência, do pertencimento e da autonomia.

2.3 PERSPECTIVA DECOLONIAL E ÉTICA DA LIBERTAÇÃO

A filosofia da libertação, parte do reconhecimento do outro como sujeito ético e histórico, cuja voz foi silenciada pela lógica eurocêntrica e colonial. Essa concepção convoca a escola a romper com

modelos excludentes e a construir práticas pedagógicas voltadas para a libertação e o reconhecimento do ser humano em sua totalidade. Pensar uma Educação Especial Inclusiva em diálogo com a identidade quilombola significa resgatar o direito de existir e aprender de todos os corpos, histórias e culturas.

A perspectiva decolonial e a ética da libertação, baseadas em Dussel, influenciam pesquisadores da Universidade Federal do Pará comprometidos com a educação amazônica e a valorização dos saberes subalternizados. Débora Alfaia da Cunha (2020; 2022) propõe uma pedagogia intercultural que dignifica os saberes quilombolas e afro-amazônicos, defendendo a libertação pelo reconhecimento epistêmico e pelas experiências históricas do campo e do quilombo. Já Waldma Maíra Menezes de Oliveira (2018) amplia essa visão ao discutir uma educação inclusiva e plural no campo, que reconhece a diferença como base da libertação.

João Batista Santiago Ramos (2019) e Assunção Pureza (2017) dialogam diretamente com a ética da libertação de Enrique Dussel, argumentando que a educação deve partir da escuta e da alteridade dos oprimidos, constituindo-se como prática política de emancipação e decolonização do pensamento. Em conjunto, essas produções constroem uma base teórica sólida que reposiciona a Amazônia como território epistemológico e ético, onde a educação libertadora emerge como compromisso com a justiça social, o reconhecimento e a descolonização das práticas pedagógicas.

A perspectiva decolonial propõe repensar a educação, questionando currículos eurocêntricos e práticas excludentes. Boaventura de Sousa Santos (2010) critica a “epistemologia do Norte”, que desvaloriza os saberes do Sul global, e defende uma *ecologia de saberes* baseada no diálogo entre diferentes conhecimentos. Dussel (2000), com sua Ética da Libertação, acrescenta uma visão humanista, afirmando que o primeiro ato ético é reconhecer o outro como sujeito oprimido e digno. Assim, uma educação decolonial deve valorizar os saberes marginalizados e comprometer-se politicamente com a vida, a solidariedade e a justiça social.

Nesse horizonte, a inclusão e a educação escolar quilombola convergem como práticas de libertação e de (re)inclusão social. Elas exigem que a escola abandone a postura de reprodução e se converta em espaço de reconstrução epistemológica, onde a cultura, o corpo e a ancestralidade se tornam dimensões pedagógicas. A Desta forma, a filosofia libertadora de Dussel, aliada à sociologia de Boaventura, o pensamento crítico de Pureza, a chave da alteridade epistemológica de Ramos, a percepção do afroespaço de Alfaia, juntas, propõem uma práxis que une teoria e transformação social, em que a inclusão não é concessão, mas um direito. Assim, educar é um ato de libertar, resignificar e

reconhecer, abrindo o espaço para todas as vozes e corpos silenciados pela colonialidade¹ e pelo colonialismo².

3 METODOLOGIA

A pesquisa segue uma abordagem qualitativa, descritiva e interpretativa, fundamentada no paradigma decolonial e na ética da libertação. Baseia-se em autores da UFPA, como Débora Alfaia da Cunha, Waldma Maíra Menezes de Oliveira, João Batista Santiago Ramos e Assunção Pureza, articulando educação do campo, escolar quilombola e especial inclusiva. O método valoriza a escuta dos sujeitos do campo e do quilombo, reconhecendo suas narrativas como saberes legítimos e formas de resistência. Trata-se de uma epistemologia situada, centrada no diálogo, na alteridade e na experiência.

A seleção dos autores e textos seguiu critérios de relevância acadêmica e coerência temática, priorizando estudos que discutem a educação inclusiva sob perspectivas críticas (Mantoan, 2003; Freire, 1987; Gomes, 2017), a educação do campo e quilombola como processos de resistência e emancipação (Arroyo, 2011; Caldart, 2009; Ramos, 2018), e os fundamentos epistemológicos e éticos da decolonialidade (Santos, 2010; Dussel, 2000). Além da revisão teórica, o estudo foi enriquecido com observações empíricas e experiências vivenciadas nas comunidades do campo e quilombolas de Curuçá - Pará, (comunidades de Mutucal e Algodoal), que constituem cenários representativos das tensões e potencialidades da prática inclusiva no campo.

O método permitiu construir uma análise interdisciplinar e contextualizada, valorizando o diálogo entre teoria e prática, entre saberes científicos e populares. O enfoque reflexivo foi escolhido não apenas como estratégia de pesquisa, mas como postura ética e política diante da realidade educacional brasileira. Ao privilegiar a escuta, a sensibilidade e o diálogo entre saberes, a pesquisa assume-se como ato de resistência à homogeneização do conhecimento e como contribuição à construção de uma educação inclusiva e culturalmente situada.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A integração entre Educação Especial Inclusiva e Educação Escolar Quilombola enfrenta desafios estruturais, epistemológicos e políticos nas escolas do campo. A falta de acessibilidade e de formação docente aprofunda as exclusões, sendo necessária, como propõe Mantoan (2003), uma nova

¹O Pensamento Decolonial: Conceitos para Pensar uma Prática de Pesquisa de Resistência. v. 8 n. 01 (2021): Jan./Mar. 2021 - Revista Boletim Historiar.

² Colonialismo, capitalismo e segmentariedade: nacionalismo e internacionalismo na teoria e política anticolonial e pós-colonialRevista Sociedade e Estado - Volume 29 Número 1 Janeiro/Abril 2014

cultura escolar que valorize a diferença como princípio educativo. A inclusão verdadeira requer políticas integradas, formação de professores, valorização cultural e práticas pedagógicas libertadoras. O educador, ao incorporar a cultura local no ensino, torna-se mediador entre saberes e promove a justiça social e o reconhecimento humano.

A articulação entre Educação Especial Inclusiva e Educação Escolar Quilombola envolve desafios estruturais, epistemológicos e políticos nas escolas do campo. A falta de acessibilidade e de formação docente adequada reforça exclusões, exigindo, como defende Mantoan (2003), uma nova cultura escolar que valorize a diferença como princípio educativo. A inclusão efetiva nessas comunidades depende de políticas integradas que promovam formação docente, valorização cultural e práticas pedagógicas libertadoras. Quando o educador incorpora a cultura local ao ensino, torna-se mediador entre saberes comunitários e científicos, transformando a inclusão em um ato de justiça social e reconhecimento humano.

As reflexões apresentadas evidenciam que a educação especial inclusiva, quando integrada aos princípios da educação do campo e da educação quilombola, adquire sentido ético e político mais amplo, ao reconhecer os sujeitos em sua totalidade cultural, histórica e territorial. Os estudos de Cunha (2020; 2022) ressaltam a importância da interculturalidade e dos saberes afro-amazônicos na formação docente; já Oliveira (2018) e Ramos (2019) destacam que a inclusão no campo requer práticas pedagógicas que dialoguem com as realidades locais e com os modos de vida das comunidades rurais.

No mesmo sentido, Pureza (2017) defende que a ética da libertação implica uma postura educativa comprometida com o outro, rompendo com a lógica excludente da modernidade ocidental. Assim, o diálogo entre essas perspectivas revela que a inclusão verdadeira se efetiva no reconhecimento do direito à diferença, na escuta das vozes silenciadas e na construção coletiva de uma escola plural, democrática e libertadora.

Apesar das limitações estruturais, as comunidades quilombolas criam práticas educativas inovadoras baseadas na oralidade, na cultura e no trabalho coletivo, que fortalecem a identidade e o pertencimento. Segundo Arroyo (2011) e Caldart (2009), essas ações configuram uma “pedagogia do território”, onde o conhecimento nasce da experiência e do diálogo com a vida cotidiana. Dessa forma, a escola quilombola comprometida com sua comunidade torna-se um espaço de inclusão e construção coletiva de futuro.

Dussel (2000) e Boaventura de Sousa Santos (2010) ajudam a compreender que a inclusão, neste contexto, deve ser vista como parte de um processo de libertação e de justiça cognitiva. A educação decolonial e inclusiva não se limita a adaptar o aluno à escola, mas propõe transformar a própria instituição escolar em espaço de acolhimento, diálogo e reconstrução epistemológica. Nas

comunidades quilombolas do campo, essa transformação é urgente e necessária: ela rompe com a lógica da subalternização e reafirma o valor dos saberes locais. Assim, a inclusão torna-se um ato político de resistência e reexistência, em que educar é também reconhecer, valorizar e libertar.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo evidencia que a articulação entre Educação Especial Inclusiva e Educação Escolar Quilombola vai além do aspecto pedagógico, assumindo dimensões éticas, políticas e culturais. Incluir nas comunidades quilombolas do campo implica reconhecer exclusões históricas, raciais, territoriais e corporais, promovendo práticas que valorizem saberes locais e a dignidade humana. Assim, a escola inclusiva e quilombola torna-se um espaço de reconstrução coletiva, fundamentado no diálogo, na escuta e na solidariedade entre culturas.

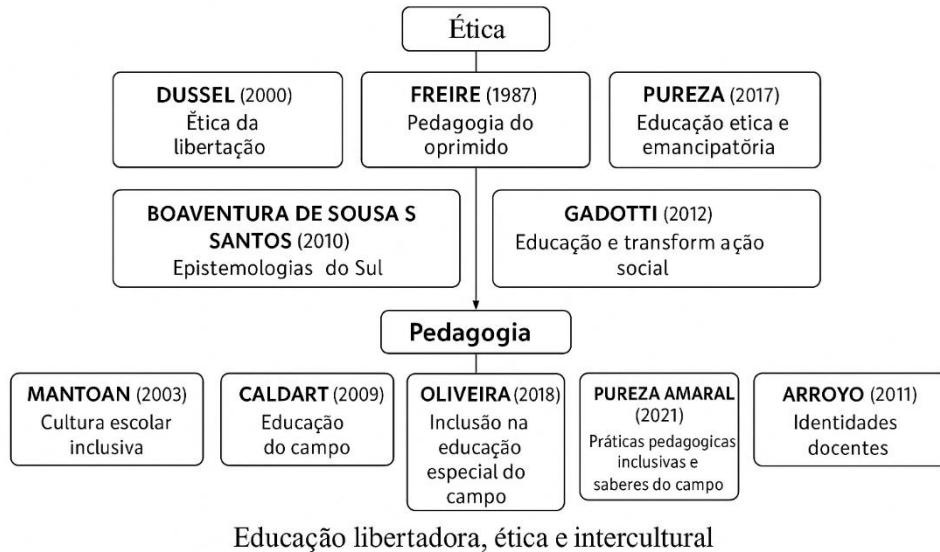
A partir da perspectiva decolonial e da Ética da Libertação proposta por Dussel (2000), comprehende-se que a verdadeira inclusão não pode ser imposta verticalmente por políticas genéricas, mas construída horizontalmente com os sujeitos da comunidade. A transformação social e educacional requer práticas pedagógicas que se enraízem no território, que partam das histórias, da ancestralidade e das experiências concretas dos estudantes. A inclusão, neste sentido, não se reduz à presença física na sala de aula, mas traduz-se em pertencimento, reconhecimento e emancipação. Assim, educar é também um ato de devolver voz e visibilidade a corpos historicamente silenciados.

Conclui-se que a educação especial inclusiva e a identidade quilombola se entrelaçam como dimensões indissociáveis da luta por uma educação decolonial e pela reafirmação dos saberes do campo. As contribuições de Cunha, Oliveira, Ramos e Pureza demonstram que a superação das desigualdades educacionais passa pela valorização da cultura, da ancestralidade e das epistemologias amazônicas. A partir da ética da libertação dusseliana, comprehende-se que educar é um ato político e ético, que exige a reconstrução dos currículos e das práticas pedagógicas sob a ótica do pertencimento, da equidade e da justiça social. Desse modo, confirma-se que uma educação verdadeiramente inclusiva é aquela que liberta, acolhe as diferenças e reconhece, no saber do outro, a base para a transformação humana e social.

Por fim, reafirma-se que a integração entre Educação Especial, Educação Quilombola e Educação do Campo representa um caminho potente para repensar o projeto de escola pública brasileira e, para reintegrar a afirmação, esta pesquisa chegou à consolidação desses saberes em uma visualização iconográfica conforme o diagrama abaixo:

Imagen 01 – Correlações entre as Epistemes Abordadas na Pesquisa

Educação Especial e Identidade Quilombola na Amazônia:
Diálogos decoloniais entre Afrossaberes, Cultura e Inclusão Escolar



Fonte: Autores, 2025 – Com o uso do *Napkin*

Conforme visualizado, uma educação libertadora, ética e intercultural, fortalece e redefine conceitos para que as políticas públicas garantam formação docente contextualizada, infraestruturada, adequada, materiais didáticos inclusivos e participação ativa e colaborativas das comunidades nos processos de decisão. O horizonte de uma educação libertadora, plural e decolonial, defendido por Freire (1987), Santos (2010) e Mantoan (2003), somente se concretizará quando a escola reconhecer que toda diferença é uma oportunidade de aprendizagem e toda voz é essencial para a construção de um mundo mais justo e solidário. Assim, a Educação Inclusiva e Escolar Quilombola se firma como prática de resistência, esperança e reexistência — uma pedagogia do encontro, da equidade e da liberdade na contemporaneidade.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel González. Ofício de mestre: imagens e autoimagens. 14 ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

BOAVENTURA DE SOUSA SANTOS. A gramática do tempo: para uma nova cultura política. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

CALDART, Roseli Salete. Pedagogia do Movimento Sem Terra: escola é mais do que escola. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

CUNHA, Débora Alfaia da (org.). Educação, negritude e interculturalidade: pesquisas e contribuições metodológicas. Castanhal: DAC/UFPA, 2020.

CUNHA, Débora Alfaia da. “Nossos conhecimentos não são respeitados e nem valorizados”: por uma nova episteme para a educação de alunos quilombolas na Universidade Federal do Pará. *Revista Educação e Políticas em Debate*, Uberlândia, v. 11, n. 1, p. 292–311, 2022. DOI: 10.14393/REPOD-v11, n.1, p. 2022-64249. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/revistaeducaopoliticas/article/view/64249>. Acesso em: 27 out. 2025.

DUSSEL, Enrique. Ética da libertação na idade da globalização e da exclusão. Petrópolis: Vozes, 2000.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. 50 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GADOTTI, Moacir. Educação e transformação social. São Paulo: Cortez, 2012.

GOMES, Nilma Lino. Educação, identidade negra e formação de professores. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Moderna, 2003.

OLIVEIRA, Waldma Maíra Menezes de (org.). Educação especial no campo: interculturalidade, inclusão e estudos surdos na Amazônia tocantina. Belém: Universidade Federal do Pará, 2018. Disponível em: <https://livroaberto.ufpa.br/items/ba283977-7edc-4230-83a0-884ac0de5285>. Acesso em: 27 out. 2025.

PUREZA, Assunção de Maria Sousa. Filosofia, alteridade e libertação: reflexões para uma educação ética e emancipatória. Belém: EDUFPA, 2017.

PUREZA AMARAL, Assunção José. Educação e diferença: práticas pedagógicas inclusivas e saberes do campo. Belém: EDUFPA, 2021.

RAMOS, João Batista Santiago. Educação e identidade quilombola: saberes e resistências. Belém: EDUFPA, 2018.

RAMOS, João Batista Santiago. Educação, ética e libertação: fundamentos para uma pedagogia decolonial. Belém: EDUFPA, 2019.